

AS POSIÇÕES DISCURSIVAS DOS EDUCADORES DE CRECHE E SEUS EFEITOS NAS PRÁTICAS COM BEBÊS

Maria Cristina Machado Kupfer

Ana Paula Magosso Cavagionni

Mariana Rodrigues Anconi

RESUMO

Profissionais e instituições são constantemente atravessados por diversos tipos de discursos que influenciam e contribuem para o estilo de prática a ser adotado. Este artigo tem como objetivo localizar alguns dos discursos a que está submetida uma amostra de 141 profissionais da educação infantil (berçários 1 e 2) da cidade de São Paulo, bem como os efeitos desses discursos em sua prática profissional.

Palavras-chave: CEI, IRDI, discurso, pedagogia, psicanálise.

ABSTRACT

Professionals and institutions are constantly crossed by many types of discourses that influence and contribute to the style of practice to be adopted. This article aims to locate some of the speeches that are submitted a sample of 141 early childhood professionals (Nursery 1 and 2) of the city of São Paulo and the effects of these discourses in their professional practice.

Keywords: CIS, IRDI, discourse, pedagogy, psychoanalysis.

1. Introdução

O que pensam atualmente os professores de CEIs a respeito dos objetivos de seu trabalho junto aos bebês? Como respondem às diferentes exigências sociais e pedagógicas que pesam sobre elas? O objetivo do presente trabalho é o de refletir sobre essas determinações e sobre o modo o modo como respondem a elas os professores de CEIs, nome atual conferido às antigas creches.

Creches e CEIs

A creche no Brasil, atualmente denominada Centro de Educação Infantil (CEI), surge apenas no final do século XIX atendendo não apenas aos filhos de operárias, mas também filhos de escravas que trabalhavam como empregadas domésticas (Faria, 1997). Essas crianças eram inicialmente abandonadas por suas mães, que não podiam mais

oferecer os cuidados necessários, nas chamadas Casa dos Expostos ou Roda e as creches surgiram como uma alternativa para redução do índice de abandono infantil (Kuhlmann, 2004, p.82).

Merisse (1997) destaca quatro fases distintas na história do surgimento das creches, sendo uma estritamente filantrópica, buscando reduzir o número de crianças abandonadas nas ruas ou deixadas na Roda dos Expostos; outra com uma preocupação higiênico sanitária, visando diminuir a mortalidade infantil, resultado da precariedade das condições de vida na época e tentando encontrar um equilíbrio na ordem social que estava ameaçada; uma terceira fase assistencialista, na qual a creche permaneceu por bastante tempo sendo destinadas às crianças abandonadas e de classe baixa; e uma última fase em que surge a dimensão educacional.

Na Constituição de 1988, concomitante ao surgimento da democracia, a educação de qualidade de crianças pequenas em creches foi reconhecida como direito da criança e dever do estado, e foi incluída na política educacional, passando a seguir uma concepção pedagógica, e não mais assistencialista.

Durante a década de 90 surgem discussões acerca da construção de uma política de educação infantil acompanhada de uma proposta pedagógica para o trabalho educativo nas creches. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) lei n. 9.396/96 caracteriza a Educação Infantil (creche e pré-escola) como primeira etapa da Educação Básica. As creches, então, tornam-se obrigadas a elaborar e executar uma proposta pedagógica e passa a ser dada atenção na capacitação dos professores responsáveis pelo atendimento de crianças de zero a seis anos de idade. (Ferraz, 2011)

Os discursos em circulação nas CEIs

A análise do material colhido na pesquisa de que trata presente artigo foi feita com base na consideração de que há, atualmente, a predominância de três tipos de discursos em circulação no campo da educação infantil. Tais discursos foram localizados a partir do estudo do contexto histórico do surgimento das CEIs. Os três discursos aqui considerados receberam as seguintes denominações: discurso higienista/medicalizante, discurso pedagógico e discurso subjetivante.

O discurso higienista/medicalizante

O discurso higienista/medicalizante está enraizado nas práticas em saúde mental com crianças desde que as CEIs/creches foram se instalando pelo país. Na educação,

este tipo de discurso está claro e evidente. Qualquer diferença individual, qualquer comportamento que escape do previsível, qualquer dificuldade que o sujeito apresente é encaixado em uma visão patológica, em um diagnóstico médico, para que esta seja suprimida e eliminada através de intervenções e deixe de demandar um olhar subjetivante.

Vasconcellos (2012) afirma que a maneira que o discurso médico responde ao sintoma não faz nada além de calá-lo, conter o desejo, contribuindo para que o sujeito contemporâneo se torne instrumento da máquina social.

O discurso medicalizante na educação fecha caminhos, nomeando experiências singulares da mesma forma, desprezando o desejo implicado no sintoma, desprezando a subjetividade e definindo o lugar de onde a criança deverá responder para não ameaçar a ordem social.

O discurso pedagogizante

Vasconcellos (2012) afirma que as dificuldades escolares atuais decorrem do discurso pedagógico dominante na contemporaneidade, que se mistura com a dificuldade moderna de levar em consideração os limites impostos pela realidade. Ela destaca ainda que Freud inclui a educação, como a psicanálise, no rol das profissões impossíveis, no sentido de que se pode afirmar ser impossível alcançar uma solução absoluta. Ressalta também que “no processo de aculturação, no qual estão imbricadas educação e constituição do sujeito, é preciso que o homem seja capaz de sacrificar a satisfação plena de seus impulsos em prol da vida”, sacrificar o individual em prol do coletivo. Porém, o que presenciamos na cultura capitalista é uma busca desenfreada pelo prazer imediato, pela supressão do imprevisível e busca de certezas pautadas pelo discurso científico, além de uma uniformização do desejo do homem que acentua sua dessubjetivação.

Calligaris (1994) chama a atenção para o afastamento da educação atual em relação a este princípio, partindo em busca de um ideal definido pela sociedade contemporânea ao qual o sujeito deve enquadrar-se. E é aí que o discurso pedagógico situa-se, buscando alcançar, como ressalta Vasconcellos (2012), um “ideal de educação” onde tudo pode ser explicado, onde os imprevistos não podem acontecer, nem o desejo existir.

O discurso subjetivante

Podemos afirmar, segundo Vasconcelos (2012), que as instituições de educação Infantil possuem duas funções básicas, sendo uma de auxiliar as crianças pequenas no desenvolvimento de competências necessárias ao seu futuro escolar, ou seja, uma função pedagógica; e de outro lado um ambiente de socialização que se diferencia dos demais, e trate da constituição da criança enquanto sujeito. A estas duas funções, acrescentamos ainda a necessidade dos cuidados com a saúde, alimentação e higiene inerentes aos cuidados com crianças pequenas.

Neste momento, destacar uma das funções citadas pela autora acima se torna particularmente importante para os propósitos do presente trabalho: a função de “*constituição da criança enquanto sujeito*”. É a partir deste conceito que introduziremos outro tipo de discurso, o subjetivante. Neste discurso, a relevância está na relação educador-criança e nas consequências desse vínculo para a constituição subjetiva do bebê.

Laznik (2009) aponta que o lugar da função maternante necessária à continuidade da constituição subjetiva dos bebês nas creches exige um investimento de atenção e uma implicação não libidinal, mas que faça parte do campo simbólico.

Crespin (2006) destaca a importância de que os profissionais que se ocupam dos bebês possam considerar e perceber sua função como importante para a constituição psíquica destes e das crianças que estão sob seus cuidados e que possam ocupar para estes sujeitos em formação o lugar de Outro.

A creche passa então a atuar não apenas nas frentes pedagógica, social, de saúde e psicológica, mas também na constituição subjetiva. Assim, propõe-se chamar de discurso subjetivante o conjunto de ações de linguagem da professora que apontam na direção de estabelecer a constituição do sujeito, e que leva em conta o uso da experiência pessoal da educadora enquanto sujeito.

No início da história das creches, era possível encontrar, ao lado da visão assistencialista, um pouco da função subjetivante, confundida porém com a ideia de que as cuidadoras não podiam substituir as mães, o que as fazia reproduzir apenas os aspectos maternos julgados adequados, ou seja, em sua dimensão de cuidados físicos, e transformando seu trabalho em ações desvalorizadas: troca de fraldas, banho e alimentação. A pedagogização veio então atender ao anseio de valorização das cuidadoras, alçadas de meras limpadoras das sujeiras dos bebês a professoras encarregadas de seu desenvolvimento (apenas) intelectual.

O discurso subjetivante estaria presente nas CEIs atuais, ao lado dos discursos pedagógico e médico? Qual o peso ou importância com que comparece? A pesquisa descrita a seguir buscou cercar estas questões.

2. Descrição da pesquisa *Pré-teste IRDI nas creches*

O presente trabalho estrutura-se como um recorte de uma pesquisa mais ampla que trata da “*Formação de educadores de creche para o acompanhamento do desenvolvimento psíquico de crianças de 0 a 3 anos de idade*” (Kupfer et al, 2012), que partiu do pressuposto de que as os professores de crianças de zero a três anos de idade precisam estar preparados para acompanhar o desenvolvimento psíquico destas crianças, e conscientizar-se de seu papel na promoção de saúde mental desde a primeira infância.

A metodologia IRDI nas creches, atualmente em andamento, realizou um acompanhamento em serviço destes profissionais e uma aplicação dos 31 indicadores clínicos de risco de desenvolvimento infantil em crianças de zero a dezoito meses, para a avaliação e acompanhamento das mesmas.

Antes do início da pesquisa, foi aplicado um questionário (pré-teste), que forneceu o material de pesquisa para o presente trabalho, com o objetivo de conhecer a visão destes profissionais em relação a importância de seu trabalho na constituição psíquica das crianças de zero a três anos de idade. Ao final da pesquisa, será aplicado ainda um questionário (pós-teste) para verificar uma possível alteração significativa do discurso desses profissionais em relação à percepção de seu trabalho na formação psíquica destas crianças.

Este artigo tem como objetivo localizar alguns dos discursos a que está submetida uma amostra de 141 profissionais da educação infantil (berçário 1 e 2) da cidade de São Paulo bem como os efeitos desses discursos em sua prática profissional.

Esta amostra foi colhida por ocasião do curso oferecido a 141 professores de Berçários 1 e 2 antes do início da pesquisa IRDI nas creches. Tal amostra é constituída por professores de CEIs conveniadas com prefeitura de SP.

Embora não tenha sido montada de forma randômica, uma vez que as professoras acorreram ao curso por diversas razões (por nota), parte-se neste trabalho do pressuposto de que representam de forma significativa o pensamento típico dos professores desse segmento. Não há, por outro lado, a pretensão de estudar quais são as formas discursivas predominantes em toda a população de professores de CEIs, mas a

de estudar qualitativamente de que modo se encontram presentes e em que proporção nesta amostra em particular.

3. Resultados e discussão

Análise quantitativa

Descrição do pré-teste

O pré-teste é uma avaliação composta por 8 questões objetivas, 5 opções de respostas para cada uma e uma opção de justificativa (não obrigatória). (Anexo 1). Tem por objetivo analisar a percepção das educadoras em relação as suas práticas com bebês.

O pré-teste foi montado de modo a obter uma distribuição de duas questões para cada eixo teórico que compõe o instrumento IRDI. As alternativas são distribuídas conforme os três discursos descritos acima, e as alternativas corretas estão orientadas pelo discurso subjetivante, uma vez que se trata aqui de localizar o quanto as professoras entendem sua tarefa como subjetivante naqueles aspectos em que ele precisa ser dominante.

Diante das respostas obtidas nos pré-testes, fica evidente que das oito questões, quatro (questões 1,3,4,5) foram respondidas corretamente, apontando ao discurso subjetivante. Nas outras quatro questões, prevaleceram outros discursos, como mostra a tabela abaixo.

Tabulação pré-teste – Discurso prevalentes em cada questão, em porcentagens

Questão/Alternativa	A	B	C	D	E	Branco	Discurso prevalente
1	14,1	51	27,6	1,4	4,9	0,7	Subjetivante
2	14,1	33,3	23,4	9,2	19,1	0,7	Pedagógico
3	57,4	8,5	5,6	23,4	3,5	1,4	Subjetivante
4	7	68	7,8	0,7	13,4	2,8	Subjetivante
5	81,5	5,6	4,2	0	7	1,4	Subjetivante
6	0,7	48,2	10,6	19,1	19,1	2,1	Pedagógico
7	53,9	20,7	4,9	0,7	17	2,8	Pedagógico
8	3,5	22,6	10,6	8,5	48,9	5,6	NDA

Conforme a tabela acima, segundo uma análise quantitativa, observamos a prevalência do discurso subjetivante nas creches participantes da pesquisa. Em segundo lugar prevalece o discurso pedagógico. Na 8ª questão, a maioria dos educadores (48,9%) escolheu a alternativa NDA.

De acordo com as porcentagens obtidas nas respostas objetivas, poderíamos concluir que os educadores possuem uma percepção que se aproxima da função da creche enquanto espaço de constituição subjetiva para as crianças e não apenas para suprir as necessidades básicas (alimentação, troca de fralda, sono, etc) e garantir adequado desenvolvimento cognitivo e motor.

Contudo, a análise das justificativas aponta em outras direções, visto que muitas delas contradizem a resposta dada. Essa análise indica a presença de outros discursos por trás dos que aparecem nas respostas de múltipla escolha.

Análise qualitativa das justificativas

A análise das respostas discursivas mostra um outro panorama a respeito da percepção dos educadores em relação a suas práticas nas creches. Tais respostas podem, ou não, confirmar o que foi escolhido como resposta nas questões objetivas, ou seja, podem denunciar um discurso subjacente que sustenta ou não a escolha da resposta objetiva.

Na **1ª questão** há uma prevalência de um discurso subjetivante. No entanto, algumas respostas baseiam-se em outros discursos, medicalizante e pedagógico, por exemplo:

“Considero fundamental a criação de vínculos junto as crianças dessa faixa etária para que o processo de identificação das necessidades do bebê se dê de maneira eficiente e eficaz.” (discurso pedagógico)

“A professora com certeza deve conhecer as teorias de desenvolvimento para entender o momento em que a criança está e quais seus desafios.” (discurso pedagógico)

Na **4ª questão** temos uma prevalência quantitativa do discurso subjetivante, porém, ao analisarmos as respostas qualitativas, percebemos que por trás deste discurso subjetivante prevalente há um discurso pedagogizante no qual as educadoras se baseiam para justificar a permissão de que o bebê possa brincar com o corpo da professora se assim o desejar.

Seguem abaixo algumas justificativas frequentes das educadoras que escolheram a alternativa “b” mas que mantêm, mesmo assim, um discurso pedagógico:

b. *“a criança está tendo o contato proprioceptivo”* (discurso pedagógico)

b. *“pois através do brincar com a professora a criança explora partes do corpo que a professora ao mesmo tempo vai explicando para a criança. Ex. Aqui é a cabeça, os olhos, a boca, etc.”* (discurso pedagógico)

Na **5ª questão**, percebemos a mesma ocorrência de um discurso pedagogizante e medicalizante que se encontra inscrito na maioria das respostas que, quantitativamente, correspondem à prevalência de um discurso subjetivante.

a. *“ela deve ter conto tátil com diferentes texturas, ela está aprendendo e conhecendo, faz parte do desenvolvimento da criança.”* (discurso pedagógico)

a. *“sim pode permitir pois o mais importante é que ela se alimente, muitas vezes se o professor não deixar, ela não come.”* (discurso medicalizante)

Na **6ª questão** temos a prevalência do discurso pedagógico (alternativa b). Destacamos algumas respostas:

b. *“Conversando com as crianças desde cedo em todos os momentos (banho, troca de fraldas) estamos estimulando o desenvolvimento da oralidade.”*

b. *“É importantíssimo conversar muito com a criança. Um bom estímulo é repetir as palavras.”*

Na **8ª questão** grande maioria, 48,9% escolheu a alternativa “e”, nenhuma das anteriores. Na análise qualitativa percebemos que há um discurso pedagogizante e medicalizante por trás desta escolha:

e. *“a rotina vai ajuda-la no seu desenvolvimento cognitivo, motor. Com o tempo vao percebendo que tem o horario para as refeições, sono. Quando a criança entra no CEI não tem horario para comer, dormir, com isso choram muito e com a rotina aos poucos vão se acalmando, mas isso tudo é com muita paciência.”* (discurso medicalizante)

e. *“oportuniza a criança um maior acesso a estímulos diversificados de aprendizado, inserindo de maneira disciplinada ao alcance de seus objetivos, do processo de evolução da aprendizagem.”* (discurso pedagógico)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítida a pluralidade dos discursos presentes na história das creches e o quanto isso, de fato, influencia as práticas dos educadores. Os profissionais da Educação Infantil encontram-se num contexto em que não há um discurso uniformizado com o qual possam identificar-se. Influenciados por um passado cheio de práticas diversificadas, o contexto atual é mero reflexo de certa desorientação a respeito das práticas com bebês e crianças. O que prevalece são duas “certezas”, a do capitalismo e a da ciência, que definem métodos e técnicas, na ilusão de estabelecerem o melhor para as

crianças. Prova concreta disso é o processo de profissionalização dos cuidadores de crianças, que um dia já foram “simples” berçaristas.

Através das análises (quantitativa e qualitativa) feitas nos pré-testes, fica clara a pluralidade dos discursos. No entanto, o discurso subjetivante precisa ainda ser ancorado em práticas que venham a criar para ele mais consistência, uma vez que para as professoras parece não estar muito claro o que significa cuidar de um bebê de um modo que ultrapasse os cuidados com sua saúde física ou com seu desenvolvimento cognitivo. A educação voltada para a subjetividade precisa ganhar mais espaço em uma cultura que exige mais e mais competências das crianças e não dá muito lugar para a manifestação da criança como um sujeito de desejo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei número 9396/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

CALLIGARIS, C. *Prefácio (O porquê de um nome)*. In: ARAGÃO, L.T. (org.) *Clínica do social: Ensaio*. São Paulo: Escuta, 1991a.

CRESPIN, G. *Paroles de tout-petits: À l'écoute des enfant en crèche*. Collection La Cause des bébes. France: Edition Albin Michel, 2006.

FARIA, Sonimar Carvalho. *História e políticas de educação infantil*. In: FAZOLO, Eliane et al. *Educação Infantil em Curso*. Rio de Janeiro: Ravel, 1997.

FERRAZ, B. M. S. *Bebês e crianças pequenas em instituições coletivas de acolhimento e educação: representações de educação em creches*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011.

KUHLMMAN JR., MOISES. *Infância e Educação Infantil*. Porto Alegre, Mediação, 2004.

LAZNIK, M.C. *Godente ma non troppo: O mínimo de gozo do Outro necessário para a constituição do sujeito*. Rev. Psicol. Argum., Curitiba, vol 8, n61, p. 135-145, abr-jun, 2010.

MERISSE, A. *Origens das instituições de atendimento à criança pequena: o caso das creches*. In: MERISSE, A. et al. *Lugares da Infância*. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

Anexo1 Primeiro questionário

(S) – discurso subjetivante; (P) – discurso pedagogizante; (M) – discurso mediclaizante

Responda às questões a partir do seu modo de entender como devem ser os cuidados com uma criança entre zero e dezoito meses nos centros de educação infantil. Justifique a sua resposta.

1. Quando uma criança chora, antes de mais nada é importante que:
 - a) a professora saiba o que ela quer, tomando por base as teorias sobre o desenvolvimento da criança. (P)
 - b) a professora saiba o que ela quer, porque já se estabeleceu entre elas um tipo de vínculo que permite à professora supor que já conhece seu aluno. (S)
 - c) a professora atenda imediatamente à criança. (P)
 - d) a professora chame a auxiliar de enfermagem. (M)
 - e) Nda.

2. As mães falam com seus bebês com uma voz melodiosa e muito carinhosa.
 - a) as professoras não devem falar do mesmo modo porque não são as mães de seus alunos. (P)
 - b) as professoras não devem falar do mesmo modo porque isso infantiliza as crianças. (P)
 - c) embora não substituam as mães, as professoras devem falar do mesmo modo porque precisam fazer uma continuidade dos cuidados da mãe na creche.(S)
 - d) as professoras devem falar do mesmo modo porque as crianças são pequenas.(P)
 - e) nda.

3. Entre quatro e oito meses:
 - a) a criança já tem uma linguagem própria.(S)
 - b) a criança ainda não consegue expressar suas necessidades.(P)

- c) a criança vocaliza para treinar as cordas vocais (M)
 - d) a criança vocaliza exclusivamente para ir se preparando para aprender a falar.(P)
 - e) nda.
4. Quando uma criança de 8 meses busca brincar com o corpo da professora:
- a) a professora deve desestimulá-la.(P)
 - b) a professora pode permitir, se assim o desejar.(S)
 - c) a professora não deve permitir para não reforçar preferências dela em relação às outras crianças. (P)
 - d) isto acontece porque a professora não está sendo profissional, mas está se deixando envolver pela criança.(P)
 - e) nda.
5. Se uma criança de um ano quer comer com as mãos:
- a) a professora pode permitir que ela o faça com alguns pedaços de comida, mas não durante toda a refeição.(S)
 - b) é importante que ela coma toda a comida, sem brincar com ela.(M)
 - c) ainda é cedo para dar a ela alguma autonomia.(P)
 - d) todas as crianças devem comer de igual modo.(P)
 - e) nda.
6. Sobre falar com crianças muito pequenas:
- a) é inútil porque ainda não nos entendem.(P)
 - b) devemos falar com elas para que aprendam o mais cedo possível a falar.(P)
 - c) o que importa é a melodia das palavras. (S)
 - d) a professora deve falar com todas em conjunto, para as crianças aprenderem a fixar a atenção.(M)
 - e) nda.
7. As regras de comportamento:
- a) devem ser colocadas para as crianças o mais cedo possível.(P)
 - b) podem ser colocadas a partir de oito meses de idade da criança.(S)
 - c) são importantes porque seu objetivo principal é torna-la obediente.(P)

- d) evitam um maior envolvimento da professora com os alunos.(P)
- e) nda.

8. Deve-se esperar que a criança entre na rotina na creche desde os 5 meses de idade porque:

- a) desde cedo precisa obedecer.(P)
- b) isso mostra que ela já está se transformando em um ser submetido à nossa cultura.(S)
- c) com isso ela deixará de sentir falta de casa.(P)
- d) ela terá um melhor aproveitamento das horas de sono.(M)
- e) nda.